



DISSONÂNCIA

Revista de Teoria Crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título O destino histórico da democracia burguesa

Autor(a) Herbert Marcuse

Tradutor(a) Fernando Bee

Fonte Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (*Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 2, número 1. 2, junho de 2018)

Como citar este artigo:

Marcuse, Herbert. "O destino histórico da democracia burguesa". Trad. Fernando Bee. *Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2 (Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v. 2, n. 1. 2), p. 42-76, junho de 2018.

O DESTINO HISTÓRICO DA DEMOCRACIA BURGUESA (1972-3)*

Herbert Marcuse

Tradução de Fernando Bee

As eleições de 1972 demonstraram, mais uma vez, e mais claramente do que antes, o destino histórico da democracia burguesa: sua transformação de uma sociedade dinâmica para uma estática, de uma sociedade liberal-progressista para uma reacionária-conservadora. Essa democracia se transformou no mais poderoso obstáculo à mudança – exceto à mudança para o pior. No caminho do livre mercado [*laissez-faire*] ao capitalismo monopolista e de Estado, a democracia burguesa marca, em sua forma atual, o estágio no qual somente duas alternativas parecem possíveis: o neofascismo em uma escala global ou a transição para o socialismo. O primeiro é o mais

* Escrito por volta de 1972-73, mas sem data exata, este é um texto não publicado que se encontra no arquivo de Marcuse em Frankfurt (#522.00). Douglas Kellner ressalta, em nota à edição americana, que o texto foi escrito sob a pressão da vitória de Richard Nixon sobre o candidato George McGovern, em 1972, e contém muitas das análises sobre as tendências antidemocráticas no contexto dos EUA na década de 1970 que foram publicadas no livro *Counterrevolution and Revolt* (1972). Por não ser um texto publicado e revisado por Marcuse, acrescentamos à tradução verbos e expressões sempre entre colchetes com o intuito de facilitar a leitura em português e, ao mesmo tempo, preservar a estrutura original do texto. [N.T.]

provável; ele não aboliria, mas somente intensificaria o sistema estabelecido e daria a ele outro sopro de vida – longo o suficiente para causar tudo a não ser a destruição irremediável.

O desenvolvimento regressivo da democracia burguesa, a sua autotransformação em um estado de polícia e de guerra, deve ser discutido no interior do quadro da política global dos EUA. Brevemente, a política governada pelo mito de uma conspiração comunista internacional (a Guerra Fria) chegou ao fim em 1972. As visitas de Nixon a Pequim e Moscou marcaram um momento decisivo (coincidente com uma nova mudança na política dos dois superpoderes comunistas? Isso foi sugerido por Nixon em *US News and World Report*, de junho de 1972). Essas visitas foram seguidas por um vasto rearranjo econômico, que abriu a URSS (e a China, em uma medida muito menos visível) às corporações e finanças dos EUA. O rearranjo político concorrente foi indicado pelos protestos verbais comunistas surpreendentemente fracos contra o bombardeio genocida ao Vietnã.

No mesmo exato momento, [apareceu] o agressivo fortalecimento militar e político da máquina de poder dos EUA e a organização fascista do progresso do “mundo livre” [*Free-World*] (Filipinas, Porto Rico). Mas *contra quem* se dirige essa fantástica mobilização de poder em escala mundial? Uma guerra global entre os superpoderes capitalistas e comunistas (que teria sido destrutiva para todos eles) está prevenida pelo mero interesse próprio na sobrevivência dos regimes estabelecidos em ambos os lados e pelo seu potencial “superdestrutivo”. Os ganhos a serem derivados do inflacionário fortalecimento contínuo da indústria de defesa nos países capitalistas e a resposta competitiva dada pelos países comunistas não parecem ser justificativas suficientes em vista dos custos do estado de guerra para o restante da economia nacional.

A resposta sugerida pelo uso atual dessa máquina de guerra é: a “segurança nacional” dos EUA está ameaçada pelos movimentos de libertação nacional ao redor do mundo. A resposta exige fortes qualificações:

1. A independência nacional dos antigos países coloniais não é *per se* uma barreira ao imperialismo, e neocolonialismo ainda é colonialismo; nem é a independência nacional incompatível com a dependência em relação ao capital estrangeiro (o caso da maioria dos países latino-americanos, países árabes, Burma, Tailândia, etc.) – pode ser até mesmo mais lucrativo do que o “colonialismo direto”.
2. Os movimentos de libertação nacional não são capazes de resistir ao uso pleno do poder militar dos EUA (incluindo armas nucleares “locais”) por qualquer que seja o período de tempo. *Vietnã não é uma exceção!* Nixon provavelmente estava certo quando declarou que “poderíamos acabar com o Vietnã do Norte em uma tarde”. E a tendência da política comunista sugere que tal destino do Vietnã *não* provocaria um conflito militar com o único poder comunista que poderia ser um adversário à altura dos EUA.

No entanto, os movimentos de libertação nacional constituem uma ameaça ao sistema capitalista global em dois aspectos (interrelacionados):

- a. Na medida em que a “teoria do dominó” está correta. Vitoriosa em um país estratégico, a revolução teria um efeito bola de neve com a subversão de regimes satélites em outros países – uma difusão forte demais para ser completamente controlada! Essa é a ameaça ao “espaço habitado” [*living space*] pelo capitalismo avançado: não meramente controle sobre matérias primas vitais, trabalho barato e etc., mas também sobre espaço, pessoas

e tempo. Em um sentido restrito, a economia do capitalismo de Estado monopolista é uma economia *política*. As necessidades econômicas prementes são “sobrepostas” pela necessidade a longo prazo de prevenir o crescimento do potencial comunista – não somente o poder soviético ou chinês, mas também as revoluções populares, *nativas*, na Europa ocidental e no Terceiro Mundo, uma revolução que poderia tornar a autodeterminação real e rejeitar todo status de satélite.

- b. Esse panorama histórico-mundial é o espectro que assombra a metrópole capitalista, onde a insanidade do sistema estabelecido começa a afetar o comportamento “normal” exigido para o funcionamento expandido, e continuado, do capitalismo – o comportamento no trabalho assim como no lazer.

O sistema reage eficazmente. A democracia burguesa está entregando para si uma base popular ampliada que apoia a liquidação dos vestígios do período liberal, a remoção do governo das mãos do controle popular, e que permite a busca da política imperialista. A velha senha [*Shibboleth*] da democracia: o governo do povo* e pelo povo (autogoverno) assume agora a forma de uma *identificação* em larga escala do povo com seus governantes – uma caricatura da soberania popular. Rousseau se virou de cabeça para baixo; a Vontade Geral está incorporada no governo, mais exatamente no seu braço executivo. Dissenso e oposição são livres até o ponto em que são administráveis.

Essa identificação, ela mesma uma conquista do capitalismo de Estado monopolista em seu mais alto nível (EUA), opera em uma dimensão profunda que sustenta o poder do sistema nos indivíduos: a democracia burguesa encontrou uma fundamentação instintiva afim

* Ao longo desta tradução a palavra *people* foi traduzida por povo e não por pessoas, que seria uma outra opção.

para o seu desenvolvimento regressivo e destrutivo. As seções seguintes irão discutir brevemente essa dinâmica.

O capitalismo avançado é caracterizado por uma extensão quantitativa e *qualitativa* de sua classe trabalhadora (ver capítulo 1 de *Contrarrevolução e revolta*). O denominador comum permanece a dependência do capital, a apropriação capitalista de tempo de trabalho não pago, a separação do controle dos meios de produção. Com a concentração monopolista do poder econômico, e com a extração do mais-valor [*surplus-value*] ampliada ao trabalho intelectual e “improdutivo” (no sentido do termo de Adam Smith), grandes estratos da classe média se tornaram classe trabalhadora – sem serem radicalizados e “proletarizados”. Somente nessa forma histórica nova a classe trabalhadora é a maioria da população, somente nessa forma a polarização capitalista da sociedade culmina em capital e trabalho, dominadores e dominados. E, ao mesmo tempo, a imensa população dependente, a classe dominada, fornece a base popular da democracia burguesa – reproduzindo essa democracia em sua estrutura repressiva.

Bonapartismo? Talvez, mas sem Bonaparte, sem o real ou falso ditador carismático. Em qualquer caso, a análise confronta-se com mudanças estruturais que militam contra o congelamento de seus conceitos em estágios prévios de desenvolvimento. A democracia burguesa mantém a estrutura de classe capitalista; ao mesmo tempo, a classe dominada, a população subjacente em sua maioria, torna-se o sujeito-objeto da política, da democracia: [ou seja, torna-se] o *povo*, “livre” no sentido e no interior dos limites do capitalismo, e nessa liberdade, reproduz sua servidão.

Essa dialética está refletida claramente na terminologia política da esquerda. Com a exceção de alguns grupos sectários: a ênfase, na teoria e na prática, muda da (tradicional) classe trabalhadora para o

“povo”: “poder ao povo”. Mas *quem é* o povo? No linguajar oficial, especialmente no legal, o povo é a soma total de cidadãos americanos (incluindo as classes dominantes), considerado como representados em e por instituições e organizações específicas (no sentido de: “O Povo contra X”). Esse certamente não é o significado de “poder ao povo”. Nem é, nesse *slogan*, “povo” coextensivo à “classe trabalhadora” em sentido restrito; ele inclui donas de casa, minorias raciais e nacionais, empregados, desempregados, em resumo, praticamente a inteira população subjacente.

Então, o conceito contém todos esses elementos: o povo pobre (*le peuple*), os súditos de um príncipe (governo monárquico ou republicano), cidadãos investidos de direitos e liberdades institucionalizadas, participando ou estando no governo. De fato, o conceito parece não ter um contrário, porque até mesmo os membros da classe dominante e do governo são contribuintes e eleitores – sujeitos ao estado de direito. E precisamente esse conceito amorfo reflete a realidade: as massas amorfas que hoje formam a base humana da democracia americana – o prenúncio de suas tendências reacionárias conservadoras e até mesmo neofascistas.

Primeiramente, os fatos que indicam a base popular da democracia nos EUA, as raízes de sua força tal como apareceram nas eleições de 1972 – [seriam] somente o clímax de uma tendência de longo alcance. Em eleições livres com sufrágio universal, o povo elegeu (não pela primeira vez!) um governo beligerante, engajado por longos anos em uma guerra que não é senão uma série de crimes sem precedentes contra a humanidade – um governo de representantes de grandes corporações (e de grandes sindicatos [*big labor*]!), um governo incapaz de (ou indisposto a) frear a inflação e eliminar o desemprego, um governo que está reduzindo o Estado de bem-estar social e a educação, um governo permeado pela corrupção, apoiado

por um Congresso que se reduziu a uma “máquina de aprovação” [yes-machine] (depois de uma crítica não muito séria). E esse governo foi eleito com uma votação considerável dos trabalhadores [*labor*] – tendo o povo rejeitado um candidato* que em medida alguma era um radical, um anti-capitalista que era um membro do *establishment*, mas que apresentou uma chance razoável de acabar com os crimes de guerra e de mitigar algumas desigualdades e injustiças gritantes. Em outras palavras: o povo esteve disposto (ninguém os forçou) a “comprar” a inflação e o desemprego, os crimes de guerra e a corrupção, um serviço de saúde grosseiramente inadequado, a contínua correria da existência cotidiana – por quê?

A resposta se apresenta facilmente: o PNB [Produto Nacional Bruto] está crescendo, o dinheiro ainda está entrando; ganha-se a vida muito melhor do que antes, pode-se viajar, se divertir. E, afinal de contas: se a alternativa é o socialismo, e se socialismo é o que existe na URSS e em seus satélites (e o que mais existe por aí além das noções irrealistas de alguns intelectuais), o capitalismo é imensamente preferível. Além do mais, o povo é manipulado, submetido à lavagem cerebral; a mídia, praticamente a sua única fonte de informação, reflete e expressa os interesses e as políticas do governo – ou senão aqueles do *establishment* capitalista, que não exclui o criticismo, dentro de certos limites. E a educação, quando há, é cada vez mais funcional: orientada para os empregos que serão ocupados e realizados: serviços recompensados pelo *establishment*.

A resposta faz sentido, mas não conta toda a história. O alto nível de vida é comprado ao preço de miséria, frustração e ressentimento suficientes; a insanidade do desperdício, das performances inumanas na linha montagem, e da perda de vidas e de

* Provavelmente Marcuse se refere ao candidato do Partido Democrata de 1972, George McGovern, que disputou a eleição contra o candidato do Partido Republicano, Richard Nixon. [N.T.]

membros em uma matança constante é óbvia demais para ser efetivamente reprimida. E a submissão à sinistra concentração de poder no governo demanda uma explicação precisamente em vista do fato de que ela ocorreu de uma maneira democrática, com direitos civis e liberdades institucionalizadas para a maioria da população.

Desse modo, é errado dizer que o povo não deve ser culpado, que ele é impotente para mudar as coisas, mesmo se quisesse. Será que o povo continuou, desde a introjeção, a determinar efetivamente a mente e o comportamento em face de sua evidente crueldade e obsolescência?

O povo *pode* fazer algo!

Por exemplo, ele pode votar contra a administração do estado de guerra; ele pode sair em massa para protestar e manifestar sua vontade como soberana. Ele é livre para obter informações não conformistas, não manipuladas e não censuradas (a tão chamada imprensa underground que de maneira alguma é tão underground assim; até mesmo algumas reportagens nos melhores jornais e TV's; mídia sustentada por ouvintes, etc.), mas parece que ele não quer, que ele não tem o desejo real, a *necessidade* de ler, ver ou ouvir algo que contradiga a verdade ou a falsidade aceitas.

Então, o povo vota livremente a favor de seus governantes, até quando não entra em questão a manutenção ou a aquisição de um emprego – ele *se identifica* com os seus governantes. E assim eles formam uma maioria completamente conservadora, que perpetua a si mesma no e através do processo eleitoral, que perpetua a classe dominante e a sua administração, e que frustra a oposição.

Aqui está o círculo vicioso da democracia burguesa de hoje: como não prevalece nenhuma situação revolucionária capaz de gerar uma práxis revolucionária, a esquerda radical tem de combinar e fortalecer sua estratégia *extra-parlamentar* com uma oposição

parlamentar. Mas um governo diferente somente pode ser eleito por uma maioria popular, e essa é uma maioria *conservadora*. Em outras palavras, no máximo, somente um representante do *establishment* (contudo, talvez, um representante com uma matriz mais liberal) teria chance de ser eleito – isto é, um mal menor (que poderá estabilizar ainda mais o *establishment*).

O espetáculo da reeleição de Nixon coloca-se como a epítome assustadora do período no qual se deu a autotransformação da democracia burguesa em neofascismo – o estágio mais avançado (até o momento!) do capitalismo de Estado monopolista. A identificação do povo com o sistema encontra sua expressão mais surpreendente entre a classe trabalhadora (do chão de fábrica [*blue collar*]). A maioria dos trabalhadores votaram por Nixon, pela discriminação racial, pelo abastecimento contínuo de suprimentos de guerra durante um ataque, pelo ódio contra “radicais”, resultando no espancamento brutal de manifestantes, pelo boicote dos navios de países nos quais os trabalhadores organizados rejeitam lidar com o carregamento de bombas americanas para o Vietnã – seria desastroso para a esquerda minimizar essas ações como “aberrações” não representativas ou atribuí-las ao poder da burocracia do sindicato. Elas são, antes, o tributo dos trabalhadores às forças sociais que ligam através de novas maneiras o povo ao sistema estabelecido, para além dos persistentes conflitos de classes.

Através de novas maneiras: porque a interação entre produção e destruição, liberdade e repressão, poder e submissão (isto é, a unidade dos opostos que permeia toda a sociedade capitalista hoje em dia), criou entre a população subjacente, com a ajuda de meios tecnológicos indisponíveis anteriormente, uma estrutura mental que responde e reflete as exigências do sistema. Nessa estrutura mental estão as profundas raízes individuais e instintivas da identificação da

maioria conformista com a agressão e a brutalidade institucionalizadas. Uma afinidade instintiva, ou, libidinal, liga, por debaixo de toda justificação racional, os sujeitos aos governantes.

A estrutura mental envolvida aqui é o *caráter sadomasoquista*. Erich Fromm, seguindo Freud, desenvolveu esse conceito em termos sociopsicológicos.¹

Na concepção do materialismo dialético, estamos lidando aqui com uma das “mediações” entre a infra- e a superestrutura, uma das maneiras pelas quais a estrutura social é reproduzida nos indivíduos. Uma afinidade prevalece entre o fascismo e o caráter sadomasoquista.²

É certo que a identificação instintiva é sempre, primeiramente, com pessoas e não com instituições, políticas e um sistema social. Em sua ênfase na “imagem” sensível, no “*sex appeal*” do líder político, o sistema americano dominou, de uma maneira terrivelmente efetiva, a dimensão profunda da submissão satisfatória que existe sob a dimensão política. As questões reais recuam frente à afirmação instintiva da imagem: o povo encontra a si mesmo em seu líder. Não é difícil imaginar, então, que não importa muito o que os líderes fazem no Vietnã, quais atrocidades sem precedentes são cometidas sob seus regimes; não importa muito se eles mentem ou se dizem a verdade, o que prometem e não cumprem; corrupção e fraude no mais alto nível do governo não causam muitos problemas... Todas essas coisas são somente a ampliação do que está acontecendo diariamente, do que é central a essa sociedade; se os políticos conseguem sair impunes, eles somente provam a sua proeza competitiva. Os crimes de

1 *Studien über Autorität und Familie* (org. Max Horkheimer). Paris: Alean, 1936, p. 77-136. Ver também E. Fromm, *Escape From Freedom*. New York: Rinehart and Co., 1941.

2 Ver T.W. Adorno, E. Frenkel-Brunswik et alli, *The Authoritarian Personality*. New York: Harper and Brothers, 1950, e os escritos de Wilhelm Reich sobre a psicologia de massa do fascismo.

administração são de fato crimes somente do “externo” ponto de vista *moral* – caso contrário, eles são exigências de segurança nacional, livre iniciativa, autopreservação, etc.

É digno de nota que os traços da “imagem” parecem mudar de acordo com o crescente desagrado com o sistema, com a brutalidade de suas realizações, com a substituição da hipocrisia por mentiras abertas e fraudes. O presidente, como chefe dessa corporação gigante na qual a nação é organizada, agora pode ser extremamente feio, sem charme ou *sex appeal*, mas cheio de proezas e moralidade de negócios.

É certo que o capitalismo sempre foi brutal, feio e criminoso, mas a presença de uma oposição forte e ativa obrigou uma certa restrição (ideológica) na propaganda dos reais métodos e objetivos capitalistas. É essa restrição ideológica (ela mesma ainda uma forma de moralidade) que agora foi abandonada.

No abandono das restrições civilizadas ao poder destrutivo, na liberação do governo de um compromisso com o bem e com o mal, nas qualidades submissa e “compreensiva” de um povo livre, estão em ação pulsões instintivas que ameaçam assumir uma força explosiva. Elas constituem uma grande síndrome do sadomasoquismo. Um sadismo quase total reina nos massacres americanos ao Vietnã, na ditadura de Saigon, mas também nos crimes que invadem a metrópole, na polícia, nas prisões e nas instituições mentais; na insana construção de prédios cada vez mais esbanjadores, nos esportes e etc. Com um grande componente masoquista, o sadomasoquismo transborda nos concertos de rock, onde uma audiência massiva sofre alegremente e orgasticamente a violência gratuita do barulho (“fuga da liberdade”, da política!). E a tolerância do povo é sadomasoquista – o “povo livre”: tolerância aos canalhas e aos maníacos que o governam.

Essa síndrome sadomasoquista pode ser perfeitamente racionalizada em termos de sua produtividade e poder. Mas assim como no caso do mecanismo de identificação (veja acima), aqui também a racionalidade aberta é gerada e fortificada pela dinâmica instintiva. Essa confluência torna a categoria psicológica em uma categoria política. Sadomasoquista é sempre um indivíduo e não uma sociedade, mas onde a síndrome individual é apresentada pelo comportamento da maior parte da sociedade, ela se torna uma síndrome social. Essa sociedade está entregue ao *Instinto de Morte* em uma de suas formas mais brutais. Frases tais como “morte das cidades”, “morte dos rios e lagos”, “desaparecimento das florestas” devem ser tomados *literalmente*.

Pois, de acordo com Freud, o Instinto de Morte opera através de um longo “desvio”: destruindo os outros antes de e enquanto está a se destruir. O desvio é encurtado na cultura das drogas [*drug culture*]: o que antes era um elemento da rebelião política, tornou-se, agora, divorciado da práxis política, suicídio gradual. A cultura americana ainda é descrita às vezes como uma “cultura de negação da morte” – nada pode estar mais longe da verdade. Ou, ainda, a neurótica negação da morte esconde o “entendimento” profundo da morte: sua impressionante celebração nas notícias de violência da mídia cotidiana, no índice de mortalidade do Vietnã, na defesa, como *ultima ratio*, da “solução final” (vamos matar todos eles!).

A terrível opção pela morte não para nem nos parentes mais próximos, os esposos e filhos. A mãe de três estudantes da Kent State University, que declarou (e divulgou para publicação) que seus filhos deveriam ser “mortos [*mowed down*]” se não obedecessem aos guardas (ver *Contrarrevolução e revolta*, p. 26 ss.), é provavelmente um caso extremo de loucura sadomasoquista. A senhora que é a antiga presidente da Liga Nacional de Famílias de Prisioneiros de Guerra

[*National League of Families of Prisoners of War*] provavelmente também é um caso extremo: ela aprovou a retomada do bombardeio integral ao Vietnã, apesar disso obviamente atrasar o retorno dos prisioneiros e aumentar os seus números. Mas a senhora preferiu isso em vez de se entregar ao que ela chamou de pressão para assinar um acordo de paz que teria trazido os prisioneiros de volta (*Los Angeles Times*, 20 dez. 1972). Ela não acreditava que sua declaração representava os sentimentos da maioria das famílias concernidas. Mas os casos extremos elucidam a norma: eles são divulgados publicamente, cobertos pela mídia – e não há nenhuma afronta, nenhuma explosão de repulsa e ódio; não há nenhuma violência para sufocar essa violência: pois essa opção pela morte é uma opção pela perpetuação do massacre – uma opção contra a paz e contra a esperança. É uma opção *política*.

No caminho para o fascismo, o capitalismo avançado lança mão da agressividade primária de maneira ampla. Consequentemente, a reversão dessa tendência envolveria um redirecionamento radical da agressividade. A luta contra o solo sadomasoquista da sociedade também é travada no nível instintivo; aqui ela não envolve a supressão, mas a contra-ativação da agressão. Sua supressão através da pregação do amor e da não violência cai nas mãos dos praticantes do ódio e da violência. Existem diferenças instintivas e “políticas” entre as manifestações de agressividade: o ódio ao mal, à opressão e à destruição fortalece o Instinto de Vida e enfraquece o Instinto de Morte, a estrutura sadomasoquista. Existe verdade na declaração de que quase sempre as pessoas erradas, isto é, aqueles que defendem a libertação, morrem prematuramente: o sistema de opressão tem suas raízes fisiológicas. O Marquês de Sade sabia disto: sob esse sistema, crueldade, injustiça e vício são recompensados invariavelmente, enquanto a virtude, a moralidade e a justiça são punidos

invariavelmente. Essa, e não a sua organização administrativa da sexualidade, é a sua mensagem. Podem muito bem existir condições sob as quais o ódio seja o único modo autêntico de amar.

Adorno escreve:

“Pode ser que nossa sociedade se desenvolveu a um extremo no qual a realidade do amor pode ser efetivamente expressada somente pelo ódio ao existente, onde qualquer evidência direta de amor serve somente para confirmar exatamente as mesmas condições que geram ódio”.³

Esse ódio libertador é o sinal da consciência libertada, sua impressão na estrutura instintiva. Tendo-se aprendido os fatos, tendo-se tornado aparente o porquê e o como eles se tornaram fatos e o que fizeram às pessoas, o caminho está aberto para a “instintualização” da razão, para a junção da racionalidade com o inconsciente. A necessidade instintiva, o desejo por liberdade, torna-se concreto como um *negativo*: desejo por libertação *de..*, por mudar o mundo. O mundo não pode ser mudado por amor (a humanidade ainda não aprendeu isto em 2000 anos), mas pode ser mudado pelo amor que se tornou ódio e que retornará a ser amor quando a luta for vencida. Ela ainda nunca foi vencida: não somente a força bruta, mas também o poder da ideologia é responsável pela derrota. Desde o Deus crucificado (Nietzsche reconheceu o horror desse símbolo), a adoração da morte, o *Einverständnis mit dem Tode* [o consentimento com a morte] se espalhou sobre a civilização: morte como uma recompensa, como entrada para a vida, pré-requisito da felicidade e da salvação. *L'amour fort comme la mort* [Amor forte como a morte]: a frase condensa a grande mentira que ajudou a disciplinar o povo na paciência, na obediência, na resistência. Essa ideologia tem sido

3 T. Adorno, “Social Science and Sociological Tendencies in Psychoanalysis” (1946), citado em M. Jay, *The Dialectical Imagination*. Boston: Little Brown, 1973, p. 161.

institucionalizada nas igrejas e nas escolas, transmitida na educação de geração para geração; ela permeia a democracia burguesa, ela ajuda, repetidamente, a prevenir e a “conter” a revolução.

A subversão dessa ideologia não pode ser alcançada através da educação no materialismo, no ateísmo e etc.; ela requer forças muito mais fortes. O que está em jogo é a *conquista do medo*, que é sempre medo de dor, sofrimento, perda. Aqui a ciência poderia se tornar efetiva, dando à humanidade madura controle sobre a morte: tornando-a fácil, sem dor. O resto poderia ser cuidado por um seguro de vida compreensivo e adequado.

Esses são alguns dos problemas extremos que confrontam a esquerda radical nesse período: eles operam em zonas que ainda não foram elucidadas ou incorporadas na teoria e na prática. Voltemos ao problema mais sensível dentre os que estão em questão: a estratégia da esquerda.

A análise da integração capitalista muda a ênfase da *classe* para o “*povo*”, a população dependente como um todo. Na realidade, essa mudança não é mais do que ou outra coisa senão a redefinição do conceito de classe de acordo com o desenvolvimento do capitalismo; assim, a redefinição pode ser uma de longa duração. Então, a proposição de que o colapso será interno, a partir de dentro do sistema, permanece verdadeira (esse “dentro” inclui o Terceiro Mundo). E o processo de transição envolveria uma transformação radical da democracia burguesa *antes* da construção revolucionária do socialismo e *dentro* dos moldes de um capitalismo de Estado monopolista.

Essa transformação reduziria a maioria conservadora-conformista, mas de modo algum faria uma transição “parlamentar” para o socialismo. Tal possibilidade (se é que em algum momento ela já foi uma possibilidade nos países capitalistas avançados) não é senão

prevenida pelo poder técnico e totalmente armado controlado pela classe dominante. A transformação democrática somente pode conduzir até o ponto no qual o apoio popular ao sistema é reduzido a um tal grau que a oposição radical pode mobilizar sua própria base popular – o limiar da guerra civil.

As seções seguintes discutirão a questão se o capitalismo dos EUA gera as condições para tal desenvolvimento.

Deve-se novamente começar do zero. A estrutura de poder teve sucesso ao reduzir o movimento a meios de protesto menores e mais descreditados: manifestações, piquetes, e até mesmo cartas ao Editor, aos Congressistas, e telegramas para o Presidente! Humilhantes, ridículos e depressivos – mas eles contam: quanto maior é o número, a quantidade, é mais difícil desconsiderar esse tipo de protesto. Além do mais, as questões devem ser aguçadas e não canalizadas em controvérsias processuais e legais. Por exemplo, se os manifestantes contra os recrutadores da Marinha no campus estão sendo punidos, o protesto não deve ser contra o uso ou a violação de regulações (liberdade acadêmica, comportamento acadêmico) mas contra a ofensa, muito mais punível, por parte da Administração, em permitir, em primeiro lugar, recrutadores da Marinha no campus.

De maneira geral, a *guerra* deve ser o alvo primário: ela é a causa da inflação, da deterioração da educação e do bem-estar social, a cultura do crime. Rompendo toda a rede enganosa e diabólica de procedimentos e técnicas, o protesto tem de deixar claro que a presença das forças dos EUA na Indochina tem sido um ato de agressão desde o começo, e que a nação tem estado envolvida em uma série de crimes de guerra desde então. Foi um grande erro por parte do movimento antiguerra jogar o jogo do governo ao trabalhar pela soltura dos prisioneiros de guerra. O argumento: de que o inimigo estava disposto a fazer concessões em reconhecimento ao sentimento

antiguerra nos EUA, o que por sua vez induziria o governo dos EUA a fazer concessões, esse argumento julga de uma maneira completamente errada a força do estado de guerra e a brutalidade de sua administração.

A esquerda tem de perceber que o poder e a base popular [*mass base*] da classe governante jamais foi tão grande quanto é hoje nos EUA, e que [a classe governante] jamais esteve tão pronta para usar esse poder com todos os meios disponíveis. A libertação depende de uma luta revolucionária na qual a estrutura instintiva prevalecente passaria por uma transformação decisiva. A agressividade dominante não deve ser suprimida, mas direcionada contra os inimigos reais, incorporações tangíveis e visíveis do sistema capitalista – seus lacaios assim como seus mestres: no governo, na indústria, no exército, nas universidades, nas igrejas, etc. A ação deve ser [realizada] sem as características anais, sem a crueldade e o cinismo que são a prerrogativa do *establishment*. Tal ação irá seguir os limites exatos da legalidade onde quer que transcender esses limites seria contraproducente [*self-defeating*], e terá de ser preparada por um minucioso esclarecimento político da respectiva “comunidade” com o intuito de neutralizar sua hostilidade e indiferença.

As novas características históricas da democracia burguesa em sua forma mais avançada (nos EUA) são (a) a força de sua base popular, e (b) seu caráter militante reacionário. A base popular é fortificada por uma estrutura instintiva que reproduz o sistema capitalista nos indivíduos. A base inclui a grande maioria da classe trabalhadora. É claro que não é um desenvolvimento novo [o fato de que] a classe operária esteja “burguesificada” [*verbürgerlicht*]. Novas são as condições remotas sob as quais esse processo pode ser revertido, a falta de um partido trabalhador e de uma imprensa trabalhadora, a rejeição do socialismo até mesmo como um fim.

Quanto ao caráter político da democracia burguesa de hoje: essa democracia não confronta mais um poder feudal ou pós-feudal; ela conquistou, em sua inteireza, o exército, o serviço civil, as instituições educacionais. Como resultado, o parlamento foi reduzido a uma função menor. A monopolização da economia afirma-se na concentração de poder no braço executivo do governo. O autogoverno [*self-rule*] da burguesia está completo; no alinhamento da população por detrás desse governo [*rule*], a classe trabalhadora ainda ocupa uma posição de classe própria, contra a burguesia, mas enquanto uma classe *dentro* dessa sociedade – não transcendendo-a, não sendo sua “negação definitiva”. E a luta de classes não interfere com a brutal política imperialista: a solidariedade internacional da classe trabalhadora atingiu o índice mais baixo da história (de fato, o ponto zero), e o militante movimento antiguerra ainda está concentrado em grupos minoritários “marginais”.

Nesse estágio, o capitalismo mostra abertamente a sua própria essência: o crime que tem cometido contra a humanidade desde o começo. A exploração do homem pelo homem, e a perversão do humano em relações de mercadoria, a degradação do caráter e da organização do trabalho, o sistema de dominação, a destruição da natureza – todas essas qualidades não podem mais ser omitidas ou atenuadas pelas suas funções progressistas no desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento capitalista e o uso dessas forças, constantemente encorajadas pela exploração e pela desumanização, culminou na produtividade do assassinato – no assassinato do fraco e do pobre na Indochina: assassinato tecnológico, científico e automático que livra os assassinos de qualquer sentimento de culpa pessoal.

É como se agora o capitalismo se sentisse seguro para se livrar dos freios de sua destruição produtiva – freios legais, morais e

políticos (ou: como se o capitalismo não pudesse mais se dar ao luxo de manter tais freios). O sistema rasga o seu próprio véu, sua própria verificação. Em seu próprio comportamento ele demonstra diariamente a verdade da teoria marxiana. A terceira parte do *Anti-Dühring* de Engels e a análise de Lenin do imperialismo são mansas e contidas em comparação com a realidade. A união do grande capital e do Estado é a mais imediata e aberta: a noção de conflito entre interesses privados e governo público não é mais levada a sério, e, se necessário, é abolida por decreto administrativo.

Com o desaparecimento da distinção entre negócio, máfia e política, a corrupção tornou-se um termo sem significado. Quanto mais alto se está, mais protegido – “legitimado” pelo fato de que *está* muito alto.

Na democracia americana de hoje, o governo é por definição (porque foi eleito pelo povo e porque é o governo) imune à subversão, e está (pela mesma definição) protegido de qualquer crítica, a não ser da [crítica] verbal e de uma oposição congressista facilmente gerenciada. A separação entre pessoa e ofício [*office*] e o reconhecimento de um direito popular de resistência foram esquecidos (ideias tão centrais nas tradições Protestante e Puritana). O ofício sanciona o detentor do ofício e essa sanção não é afetada pelos seus feitos. O presidente é o presidente, e ele guarda o tabu que lhe é devido – se ele ordenou ou não o lançamento da bomba atômica ou o massacre do povo vietnamita. A mentalidade sadomasoquista de seus súditos fortifica o tabu.

E o direito à resistência: como exercido pelo *povo* soberano, resistência tem sido sempre um evento revolucionário, um fato em vez de um direito. O *direito* de resistência nunca foi garantido ao povo como um todo, agindo *en masse* [em massa]; ele sempre esteve investido somente em uma parte específica do povo, algum grupo,

conselho ou “Estado” considerado como “*representante*” do próprio povo: “magistrados”, parlamentos. Mas na democracia americana de hoje, até mesmo essa restrita resistência popular cessou de operar: com a atividade de “balanceamento” do Congresso concentrado no orçamento e no protesto verbal, com o ubíquo controle do poder pelo Executivo, a democracia burguesa não apresenta mais uma barreira efetiva ao fascismo.

Eu destaquei a função ambivalente dos direitos civis nessa democracia: eles têm de ser defendidos com todos os recursos disponíveis, apesar de eles também servirem ao governo protofascista que os controla cada vez mais abertamente. Eu me refiro à *Tolerância Repressiva*: a situação piorou desde então. A noção de objetividade, tão central para a construção de uma sociedade civilizada, tem sido invalidada (talvez transformada em seu oposto) – não pelos radicais, os marxistas, etc., mas pelo próprio governo que os indícia. Ele toma medidas duras para forçar a mídia a ter programas “equilibrados”. Sob o disfarce da objetividade: censura rígida (operando, como tudo mais, via dinheiro: suspensão ou não renovação de licenças). Mas se qualquer redirecionamento do equilíbrio fosse necessário para alcançar objetividade, seria na direção oposta, isto é, tempo e espaço iguais para opiniões e informações *críticas* à e refutando aquelas que emanam do governo.

O governo pode se dar ao luxo de permitir a transmissão e a publicação de objetividade crítica, desde que essa última permaneça estritamente *quantitativa*: dez cartas afirmativas para o editor e dez negativas na mesma página, etc. A igualdade é enganosa, pois a opinião afirmativa, conformista, é multiplicada e fortificada pelo contexto como um todo: a maquiagem do jornal, o espaço privilegiado alocado para as declarações do governo e de porta-vozes, pressão vindicativa, o sentimento de comunidade.

Além do mais, nesse contexto, a objetividade na permissão de opinião promove agressividade, opressão e crime a tal ponto que se torna pública a exortação da violência mais ultrajante – a violência sadomasoquista enraizada no *establishment*. Não um esquerdista selvagem, não um ser humano, mas um *Mr. Flynn from Anaheim* pode escrever para o *Los Angeles Times* que seu “único arrependimento é que os Estados Unidos não concordou em usar armas nucleares contra o Vietnã do Norte”, e o jornal publica essa obscenidade (29 dez. 1972; quatro dias depois do Natal) porque também publica, na mesma página, o protesto. Um presidente sentado em segurança na Casa Branca mais protegida do planeta é chamado de “corajoso” por causa de sua ordem para bombardear, bombardear e bombardear pessoas fora de sua vida e de suas terras, e esse absurdo é impresso, porque, na mesma página, o mesmo presidente é culpado pela mesma razão.

Comparada com uma sociedade *neofascista*, definida em termos de uma “suspensão” dos direitos e liberdades civis, de uma supressão de toda oposição, da militarização e manipulação totalitária do povo, a democracia burguesa, mesmo em sua forma monopolista, ainda proporciona uma chance (a última chance?) para a transição ao socialismo, para a educação (na teoria e na prática) e a organização para preparar essa transição. A Nova Esquerda, portanto, vê-se frente à tarefa de defender essa democracia – defendê-la como o *mal menor*: menor do que o suicídio ou a supressão. E ela se vê frente à tarefa de defender essa democracia enquanto ataca suas fundações capitalistas, isto quer dizer, de separar as formas políticas do capitalismo de sua estrutura econômica. Uma tal separação desse tipo se torna possível pela relação dialética entre forma e conteúdo: a forma democrática-burguesa fica para trás em relação ao monopólio e à estrutura do capitalismo estatal, e assim preserva instituições conectadas a estágios

históricos anteriores, que estão sendo rapidamente superados. O capitalismo avançado está adequadamente equipado para acabar com essas instituições se e quando o conflito se tornar intolerável, enquanto a esquerda ainda for fraca demais para transformá-las em democracia socialista. Superar essa fraqueza requer o uso de instituições democráticas ao passo em que se combate as forças que, no interior da democracia, tornam o próprio povo o portador de tendências conservadoras, reacionárias e até mesmo neofascistas.

Usar a democracia burguesa para reduzir a sua base popular – essa com certeza não é uma estratégia nova. Mas hoje, a tarefa é infinitamente mais difícil porque (a) o impacto da escassez material como força revolucionária reduziu muito, e (b) o gerenciamento do ser humano atingiu uma profundidade sem precedentes. Consequentemente, a tomada de consciência deve proceder sobre uma base maior, para além da classe trabalhadora em sentido estrito, e deve ser um trabalho de *educação* para a efetiva transformação dos valores e objetivos que negariam o sistema estabelecido. Sob o capitalismo monopolista, tal educação política seria de fato trabalho de pequenos grupos não integrados, e de indivíduos!

Élites? Por que [usar] essa noção, que pertence ao equipamento de propaganda do *establishment* – uma denúncia de radicais odiados, em termos atrativos ao anti-intelectualismo do povo? Por que não, ao invés, o bom termo revolucionário “vanguarda” [?]. Tem sido sempre um pequeno grupo e tem sempre incluído “intelectuais”. E sua tarefa tem sido sempre a educação.

É certo que a chance de uma revolução socialista emerge na experiência da própria luta revolucionária, mas o ponto é que hoje em dia, nos EUA ao menos, na Alemanha, na Grã-Bretanha (isto é, nos países capitalistas mais avançados), a luta revolucionária deve ser primeiro gerada, criada, organizada. Isto requer a tradução das

condições objetivas em consciência política, consciência socialista. Não pode ser a tarefa de uma “*élite*” (por que substituir o bom conceito Leninista de “vanguarda” pelo de “*élite*”? Sucumbindo assim à propaganda do *establishment*?) de líderes auto-intitulados, mas sim de indivíduos e grupos de *todas* classes (*horribile dictu!* [horrível de se dizer!]) que, na sua confrontação com a sociedade, tiveram a experiência libertadora: no campus, nas ruas, nas lojas, nos guetos e que se tornaram militantes socialistas nessa confrontação. Eles sabem que as massas não são socialistas, e eles trabalham para despertar a consciência de seus companheiros homens e mulheres onde for que eles estiverem, e não somente entre os trabalhadores: educação política na teoria e na prática.

Isso responde uma questão: quem educa os educadores? A resposta é simples (uma vez que alguém tenha se libertado da viciosa propaganda anti-intelectual na formulação da questão). A resposta é: os *educados educam a si mesmos*. A teoria está lá, a tradição histórica e a experiência estão lá, as lições da luta revolucionária estão lá – elas podem ser aprendidas e comunicadas...

Hoje, o capitalismo impõe na educação política radical um novo foco e uma nova “linguagem”. Assim como nos países capitalistas avançados o impulso radical irá provavelmente se originar na dimensão existencial *além* da escassez material vital (privação), então a educação política terá de acentuar e articular essa dimensão. Isso significa que a necessidade de uma reorganização fundamental do trabalho manual e intelectual é acentuada por uma mudança “ideológica” correspondente: a educação deve se focar em questões “culturais”, *morais*, como armas políticas.

A minimização de questões morais (como “meramente” ideológicas) tornou-se um grande bloqueio no desenvolvimento da consciência política e um grande apoio ao prevalecimento da

moralidade capitalista. A menos que seus conteúdos políticos mais concretos tornem-se conscientes (depois de mais de um século de repressão na qual não poucos marxistas se juntaram à burguesia), a imagem do socialismo como uma sociedade qualitativamente melhor se tornará uma ideia pálida e abstrata, pela qual não se valerá a pena lutar. Isto não significa regredir do socialismo científico para o “utópico” ou “verdadeiro”, do materialismo dialético para o idealismo, mas, pelo contrário, significa recapturar a força total do materialismo dialético através do reconhecimento do conteúdo material das questões morais, sua substância política e seu potencial.

Qual é o conteúdo político das categorias morais?

Se os trabalhadores americanos *en masse* fizerem uma greve contra a guerra no Vietnã, eles o farão porque não são mais capazes de suportar a matança de um povo pobre que luta pela libertação e de suportar a destruição em larga escala de seu país. Essa solidariedade seria uma categoria *moral* traduzida em ação política. Ao mesmo tempo, tal ação, um tanto distante de seus efeitos na economia capitalista, iria quebrar a identificação do trabalhador com a classe dominante e os interesses dela – uma quebra que não é alcançada pela estratégia reformista do sindicato. Em suma: a erupção da moralidade socialista como uma força política. Outro exemplo: se as condições estabelecidas forem tais que certos eventos como a Rose Bowl Parade [a parada das Rosas] (com mais de um milhão de pessoas presentes!) simplesmente não possam acontecer enquanto a guerra contra os movimentos de libertação continue e os guetos ainda existam. Esse feito seria a moralidade se tornando força política, e a catexia política de um alvo que simboliza a epifania comercial da esfera erótica. Ao mesmo tempo, a supressão de uma mostra massiva da beleza em uma sociedade feia seria a ofensa moral radical contra a celebração da alegria acomodada a uma atmosfera de um matadouro.

Por outro lado, [vê-se] a moralidade capitalista do trabalho como uma força reacionária: em 1972, setores consideráveis dos trabalhos nos Estados altamente industriais dos EUA votaram pela reeleição de Nixon por causa de sua posição contra o transporte escolar por meio de ônibus [*school busing*].* “Parece que o trabalhador de colarinho azul do Michigan atingiu um ponto no qual ‘a escola que seu filho frequenta significa mais para ele do que o tamanho do seu holerite’” (*New York Times*, 10 out. 1972). Uma questão “cultural” superando questões materiais econômicas? É a *qualidade* da educação que preocupa esses trabalhadores ou é a moralidade racista que motiva a ação política? O resultado: uma outra contribuição para a estabilização do capitalismo em sua forma mais agressiva. A força política da moralidade assume uma nova forma histórica sob as condições do capitalismo monopolista: ela é mais profundamente enraizada e tem um potencial radical muito maior do que em estágios prévios do desenvolvimento social.

Quando o capitalismo livrou-se de seus freios ideológicos, o bem e o mal têm de se tornar novamente categorias políticas. “Se** ‘o povo não liga’ é porque ele há muito aprendeu que o Mundo Livre e a Livre Empresa [*Free Enterprise*] estão acima do bem e do mal, da verdade e da falsidade – desde que o sistema funcione...

Evidentemente a libertação do bem e do mal aumenta horivelmente o poder de uma sociedade que dispõe dos meios e recursos para afirmar os seus interesses autodefinidos. Agora, esses cobrem o mundo todo, o espaço interior e o sideral [*inner and outer*

* Nos EUA o *school busing* foi um sistema de transporte de alunos por meio de ônibus que tinha como intenção fazer com que alunos de lugares e raças diferentes estudassem juntos. Também é conhecido como *desegregation busing* e *forced busing*. [N.T.]

** Na edição em inglês desse texto, as aspas que são abertas nessa frase não fecham no final do período ou do parágrafo, por isso as mantivemos sem fechar. [N.T.]

space]. Aqui está o ponto de junção entre a economia política e a amoralidade existencial do sistema.

Nesse estágio, apoio popular contínuo ou tolerância ao capitalismo depende do “entendimento” de seus crimes monstruosos: o bem-estar material na metrópole se apoia no silêncio inumano da maioria conformista. O padrão de vida mais alto é com certeza um objetivo pelo qual vale a pena lutar. Nos países avançados, deve ser essencialmente redefinido nos termos da libertação humana; em termos bem materiais. Uma vida boa pode ser alcançada sem exploração e brutalização? Em terrenos práticos, assim como em teóricos, a resposta deve ser afirmativa. Mas um tal desenvolvimento pressupõe a revolução que está sendo suprimida – não somente pelo governo e pela classe dominante, mas também pelo povo se submetendo a eles.

Em acordo com a “extensão” do alvo da educação política dos trabalhadores para o “povo”, a Nova Esquerda nos EUA enfatizou a “*comunidade*” como o solo da educação política. O conceito de “comunidade” é ideológico: sugere uma identidade básica de interesses que atravessam a divisão de classe. No entanto, existem boas razões para esse “desvio” ideológico. Comunidades tais como as “vizinhanças” oferecem a oportunidade para alcançar as pessoas em seu ambiente diário, na concretude de suas vidas – depois do trabalho, mas também no trabalho (mulheres!). Além disso, a concentração nas comunidades contra-ataca a organização centralizada e burocrática da política do *establishment*, e a burocrática centralização partidária da oposição. Controle comunitário seria uma forma (preliminar) de auto-determinação e de controle “a partir de baixo”; como tal, poderia preceder e acompanhar o controle dos trabalhadores nas fábricas e no comércio, nos guetos, significaria um fortalecimento imediato do potencial político.

O *slogan* “controle de vizinhança” (como, por exemplo, propagado pela esquerda-liberal *Peace and Freedom* ou pelo *Peoples Party*) não é para substituir o “controle de trabalhadores” e nem é um *slogan* socialista; antes, é próprio a uma situação na qual a grande maioria das pessoas (incluindo os trabalhadores) é decididamente, e até mesmo militantemente, conservadora. Assim, surge a questão: controle de vizinhança por quem e para quê? Com a exceção dos guetos brancos e não-brancos, as vizinhanças refletem a estrutura liberal-conservadora; o trabalho político nessas comunidades deve começar a partir dessa estrutura.

Isso significa que o trabalho político começaria com a discussão e a decisão coletiva sobre problemas específicos que a comunidade enfrenta: escola, cuidado das crianças, alugueis, serviços públicos, ecologia, etc. Eles são, com certeza, assuntos “reformistas”, apolíticos [*unpolitical*], mas na medida em que o trabalho procede, cada um deles revelaria seu caráter político no interior do todo; também prestaria-se a tornar acessíveis informações não conformistas e desenvolver os núcleos de uma organização local. A organização da vizinhança nas comunidades de classe média-baixa iria também estabelecer uma relação pessoal entre residência e ocupação (comércio, escritório, fábrica).

Controle comunitário para quê? Nas comunidades ainda essencialmente conservadoras e conformistas, o autocontrole não significaria outro progresso senão, talvez, progresso em eficiência. Assim como o controle das fábricas pelos trabalhadores não significaria progresso em direção à radical mudança social e política, a não ser que exercido por homens e mulheres trabalhadores radicais, o mesmo ocorreria nas outras comunidades. Aqui também, a educação política tem de ser o primeiro passo em uma longa estrada rumo ao controle socialista, anticapitalista. O objetivo do controle é de fato a

“racionalização”, isto é, uma organização do trabalho e do lazer menos dispendiosa e destrutiva dos recursos humanos e naturais, mas precisamente esse objetivo só pode ser preservado por uma sensibilidade, imaginação e razão revolucionárias – caso contrário, permanecerá racionalização da falta de liberdade [*unfreedom*], um estágio mais alto no desenvolvimento do capitalismo. Racionalização e progresso no controle autônomo não tomam “automaticamente” as características do socialismo, do controle para a liberdade. A fim de ir além do ponto no qual elas transcendem o quadro capitalista e [ir] em direção a uma reorganização radical da vida, em outras palavras, onde elas adotam uma *qualidade* diferente de trabalho e de lazer, elas devem proceder sobre uma base humana qualitativamente diferente – expressão de um novo potencial humano.

A mesma relação estrutural entre os elementos qualitativos e quantitativos do processo de transição prevalece na comunidade que tem um papel decisivo na radicalização da sociedade integrada: a comunidade *estudantil*. A contracultura, a nova moralidade originada amplamente nesses grupos – eles contiveram uma diferença qualitativa. O que estava faltando desde o começo era a sua organização política adequada. A última foi impedida pelo culto da espontaneidade e do antiautoritarismo. Esforços admiráveis em uma organização de larga escala foram feitos: o seu ponto mais alto (na Convenção de Chicago em 1968) também foi o começo de seu declínio...

Também nesse contexto, o *Movimento de Libertação das Mulheres* é da mais alta importância – no exato grau em que se torna um movimento *político*. A negação dos valores e objetivos de uma sociedade patriarcal dominada por homens também é a negação de valores e objetivos do capitalismo – e isto no nível fisiológico, instintivo do indivíduo. Tenho sido acusado de sucumbir à imagem de

mulher feita pelo “macho chauvinista” ao atribuir a ela qualidades específicas que são efetivamente determinadas socialmente (ternura, suavidade, etc.). Agora me parece sem sentido separar, dessa maneira, qualidades determinadas socialmente e [qualidades] fisiológicas (“naturais”): no desenvolvimento histórico, as primeiras se aprofundam na fisiologia e se tornam “segunda natureza”. De qualquer modo, essas qualidades femininas se tornaram um *fato* e, como factuais, elas podem ser colocadas em uso político e social. Suprimi-las porque elas são historicamente determinadas seria sacrificar-se ao *establishment* masculino. Com certeza há a mulher agressiva, a “mãe devoradora” (assim como há o homem mole, o homem não-violento). O objetivo é libertar essas qualidades (masculino e feminino) que pertencem a uma sociedade melhor, uma sociedade sem exploração sexual ou de qualquer outro tipo – independentemente se essas qualidades são determinadas fisiologicamente ou socialmente.

Em toda revolução houve demandas “supra-revolucionárias” [*sur-revolutionary*] e forças que transcenderam os objetivos econômicos e políticos da atual práxis revolucionária. Na falta de um movimento de massa revolucionário, elas aparecem como historicamente prematuras. Hoje, esse é o caso em um sentido especialmente enfático. Condições e modos de vida que são supostamente, de maneira tradicional, os resultados e efeitos de uma revolução, agora precedem a revolução, e até mesmo aparecem como parte de sua causa nos países capitalistas avançados. Refiro-me àquela transformação de valores que visa subverter não somente a economia e a política capitalista, mas também a consciência, a moralidade e a estética estabelecidas – e não somente do capitalismo, mas também do modelo Soviético de socialismo.

Totalização da liberdade: quanto mais a produção capitalista “inunda” o mercado de bens e serviços improdutivos, menos racional

se torna a sujeição da liberdade à necessidade. O reino da necessidade tende a encolher e a se tornar co-existente com os requerimentos do sistema estabelecido e com as leis que governam a natureza (matéria).

Assim, não é um acidente que, nesse estágio da história, os *elementos transcendentais da teoria marxiana* estejam sendo retomados. As categorias econômicas contêm nelas mesmas o imperativo da libertação: é a pré-condição, em vez do resultado da análise. Essa coincidência interna do imperativo e da verdade científica é ela própria baseada em uma constelação objetiva, isto é, uma situação histórica onde o trabalho humano (intelectual e manual) criou as condições para a abolição da servidão e da opressão – objetivos que estão bloqueados somente pela organização capitalista da sociedade. O conteúdo transcendente das categorias econômicas define o conceito de exploração: o fato da exploração persistir mesmo se as necessidades materiais e culturais dos trabalhadores são mais ou menos satisfeitas, mesmo se ele não é mais o proletariado empobrecido do século XIX. Pois a substância da exploração é a negação da liberdade, é trabalhar (e viver) para manter e aumentar um sistema social cujo crescimento e riqueza dependem da degradação do ser humano. O mais-valor apropriado pelo capitalista é *tempo* retirado dos trabalhadores, tempo retirado de suas vidas, e essa alienação do tempo vivo [*living time*] por sua vez reproduz a existência humana como servidão.

A primeira fase na subversão dessa condição seria a apropriação e o uso do mais tempo [*surplus time*] para a abolição da servidão: autodeterminação e auto-organização do trabalho socialmente necessário. A noção de que isso seria imaginável somente no mais alto grau do progresso tecnológico (automação!) não parecer ser mais sustentável. O desenvolvimento da economia política na China mostra uma modernização altamente descentralizada e autônoma dentro dos moldes de um plano geral. A esse respeito, o

problema não é a construção do socialismo “a partir de baixo”, mas em vez disso a constelação política global, isto é, a capacidade do super-poder americano e a sua prontidão para suprimir tal revolução.

Mais uma vez, a estrutura complexa do conceito marxiano de desenvolvimento capitalista deve ser enfatizada. As contradições internas se manifestam primariamente nas dificuldades econômicas agravantes, mas, por si mesmas, elas não irão levar ao colapso do sistema. A solução fascista ainda oferece uma alternativa à revolução. É verdade que nenhuma sociedade pode ser mantida pelo terror, mas uma sociedade (e precisamente uma sociedade altamente avançada tecnicamente) pode ser conduzida pelo terror *somado* à satisfação das necessidades para além e acima das necessidades de subsistência. O imperialismo americano ainda tem grandes mercados para conquistar: os movimentos de libertação da América Latina estão sendo derrubados por força bruta e os acordos comerciais com a URSS e a China prometem não somente ajudar ainda mais as finanças e a indústria dos EUA, mas também proteger os flancos europeus e asiáticos do imperialismo. Não há nada na teoria marxiana que exclua a possibilidade de tal desenvolvimento, e a força que é capaz de preveni-lo, sozinha, é a ação *política*.

No estágio do capitalismo de Estado monopolista, a política ganha precedência sobre a economia – também na estratégia da esquerda marxista. Tentei mostrar que, nos EUA, isso significa focalizar a teoria e a prática em alvos tais como a guerra, o *establishment* militar, o ataque da estrutura de poder à educação e ao bem-estar, o governo pela conspiração e pelos agentes secretos, a sujeição do legislativo e do judiciário ao braço executivo, a censura e a intimidação, o governo da Grande Mentira. E também a mobilização no nível ideológico: começar a lidar com a mentalidade sadomasoquista que sustenta a economia política do capitalismo.

Essa mudança na ênfase estratégica é motivada por uma noção de crise do capitalismo diferente daquela do conceito marxista tradicional. Eu a sugeri em termos de uma desintegração estrutural, enquanto a economia, em suas instituições, ainda opera: [trata-se de] uma desintegração moral, na prática diária do trabalho e [também] fora desse. Não revolução, mas revolta: por indivíduos e pequenos grupos, em todas as partes da sociedade; espontânea demais, isolada demais e até mesmo criminal demais para ser uma vanguarda; não socialistas, e despreparados para a organização política. Contra distorções viciadas, tem de ser reiterado que esse *não* é um *Lumpenproletariat*, não é “a ralé”, [não são] os desempregados, etc.: esse estrato inclui os trabalhadores empregados, de colarinho branco e azul, a intelligentsia, as mulheres, etc. Em virtude de sua posição e de sua mentalidade, ele pode *se tornar* político e núcleos da *organização* através de uma educação dolorosa e paciente.

Se essa tendência vier à fruição e tomar conta de uma boa parte da classe trabalhadora ampliada, [é porque] amadureceram as condições nas quais podem ocorrer a tomada de fábricas individuais e de comércios e a auto-organização do trabalho. Nesse ponto, também, a luta aberta contra as forças (a essa hora fascistas) está prestes a estourar. É inútil especular sobre o resultado, mas alguns poucos comentários gerais podem ser apropriados.

1. As chances da esquerda dependem da extensão de sua base popular. Isso é um truismo, mas, por si mesma, a base popular não é uma barreira efetiva contra o fascismo. Na Alemanha, a maioria do povo não apoiava o nazismo antes de 1933. É precisamente uma característica essencial do fascismo ser capaz de cooperar com uma maioria não-fascista: por terror atual e “preventivo”, mas também por um sistema de manipulação, de satisfação, que retém a parafernália

- constitucional. O equilíbrio de poder depende da resolução e da capacidade das organizações políticas da esquerda de lutar com todos os meios disponíveis – organizações enraizadas em bases locais e regionais, mas coordenadas em um nível maior.
2. A noção de que o fascismo pode ser uma pré-condição histórica para o socialismo é uma ilusão fatal. Ela só contribuiu para enfraquecer e dividir a esquerda em um momento no qual uma forte frente unida era essencial.
 3. Nenhum poder estrangeiro lutaria efetivamente contra a ascensão do fascismo – nem poder estrangeiro algum apoiaria efetivamente e ativamente um movimento revolucionário. Razões: o medo de que tal intervenção possa levar a uma guerra global e a uma derrocada da estrutura de poder nos países interventores.
 4. O fascismo pode ser definido como uma organização totalitária da sociedade para a preservação e a expansão do capitalismo em uma situação na qual esse objetivo não seja mais alcançável pelo desenvolvimento normal do mercado. A principal ameaça ao capitalismo é dupla: a existência de uma forte oposição socialista-comunista em seu interior, e a constrição da acumulação de capital causada pela guerra perdida, uma depressão grave, etc. Nessa situação, a “solução” capitalista é buscada pela redução do nível salarial, destruindo o poder dos sindicatos, e embarcando em uma agressiva política imperialista. Essa solução requer a mobilização de uma população inteira por detrás do interesse nacional tal como definido pela classe dominante, a abolição do Estado de direito [*rule of law*], a emasculação do parlamento enquanto púlpito da oposição, militarização máxima, e o arquivamento, *de facto*, da ideologia democrática.

Agora, no desenvolvimento do capitalismo de Estado monopolista, essas condições emergem no curso do crescimento – com as seguintes modificações:

- As dificuldades crescentes da acumulação de capital e o estreitamento do mercado não aparecerem como resultado de uma guerra perdida ou de outras condições anormais, mas antes como o resultado de um aumento imenso na produtividade do trabalho e da constante superprodução, mesmo sob capacidade produtiva reduzida.
- A oposição contra a política econômica repressiva toma a forma de uma resistência de sindicatos contra a redução do nível salarial, e de uma resistência dos trabalhadores contra a exploração intensificada – não [toma a forma de] uma ameaça socialista ou comunista; por exemplo: EUA.
- O fascismo da Alemanha e da Itália foram derrotados na guerra global, [mas] *não* a partir de dentro. É altamente improvável que uma constelação similar surgirá se o fascismo estiver estabelecido no país capitalista mais avançado da era presente. O perigo da autodestruição é iminente demais.

As alternativas? No melhor caso, a esquerda estará suficientemente unida e suficientemente forte e militante para conter a onda fascista – o que significa: unir-se e organizar-se *agora*, enquanto um potencial antifascista ainda existe e tem alguma liberdade de movimento. Ou (e isto pode ser concomitante): a órbita comunista está reunida e preparada o suficiente para parar e contra-atacar a agressão imperialista *sem* uma guerra (nuclear) global. Ambas possibilidades ainda são realistas de alguma maneira.

Para a esquerda nos EUA, novamente enfatizo as tarefas imediatas:

- inundar os políticos, representantes, a mídia e seus patrocinadores com cartas e telegramas de protesto em cada instância de repressão e perseguição políticas, e em cada prolongamento da guerra;
- começar do zero novamente através da organização de manifestações, boicotes e piquetes;
- fornecer times de advogados capacitados para defender o acusado nas cortes (renunciando um julgamento “político” onde a atmosfera para tal não prevaleça!);
- coletar fundos para contra-instituições;
- trabalho educacional e organizacional nas bases locais, na comunidade, etc.

Texto original: MARCUSE, Herbert. “The Historical Fate of Bourgeois Democracy”. In: KELLNER, D. (org.). *Towards a Critical Theory of Society: Collected Papers of Herbert Marcuse*, vol. 2. London & New York: Routledge, 2001, p. 163-186.

Tradução para a língua portuguesa publicada com a permissão de Peter Marcuse, executor do *Literary Estate of Herbert Marcuse*, que detém todos os direitos para futuras publicações.

Materiais suplementares de trabalhos anteriormente não publicados de Herbert Marcuse, muitos dos quais se encontram na biblioteca da Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt/Main, foram publicados pela editora Routledge (Inglaterra) em uma série de seis volumes editada por Douglas Kellner, e pela editora zu Klampen (Alemanha) em uma série editada por Peter-Erwin Jansen.